

PATRIMÓNIO CULTURAL
Ficha de Identificação

Referência	P6	Freguesia	Paramos
NIP	401225	Época / Data	
Tipologia	Arqueológico	Uso Predominante	
Designação	Castro de Ovil	Localização	Castelo Monte Paramos

Caracterização

Envolvente	Fora da malha urbana.
Estado de Conservação	Ruína.
Possibilidade Restauro	
Informações Técnicas	Classificado (DRCN)
Coordenadas	LAT 40°58'42.9"N LONG 8°37'14.5"W
Características	<p>O Castro de Ovil é um povoado fortificado dos finais da Idade do Ferro. A sua ocupação remonta ao século III antes de Cristo.</p> <p>Encontra-se delimitado a Sul e a Oeste pela Ribeira de Rio Maior. A Norte e a Oeste, condicionalismos topográficos obrigaram à construção de um largo e profundo fosso.</p> <p>As escavações permitiram detetar núcleos habitacionais compostos por estruturas de planta circular, pátios lajeados, etc.</p>



PATRIMÓNIO CULTURAL**Ficha de Identificação****Descrição**

Vários documentos dos séculos IX a XIII incluem referências à atual Barrinha de Paramos-Esmoriz, então designada Lagoa de Ovil, e ao Castro de Ovil. A documentação medieval e a prospeção de campo estiveram na base da identificação do Castro de Ovil, em 1981, num local conhecido por Castelo, lugar do Monte, freguesia de Paramos, Espinho.

As intervenções arqueológicas foram iniciadas em 1981 por iniciativa de Carlos Jorge Alves Ferreira e Maria Antónia Silva e interrompidas em 1986. Os trabalhos de investigação científica são conduzidos desde 1994 pelos arqueólogos Jorge Fernando M. D. Salvador e António Manuel S. P. Silva, no âmbito do projeto "O Castro de Ovil e o Povoamento da Região de Espinho da Proto-História à Romanização".

O espólio recolhido é essencialmente constituído por cerâmicas indígenas, típicas da cultura castreja do noroeste peninsular. Exumaram-se ainda vestígios de atividades domésticas e artesanais relacionadas com a moagem, a fição, a tecelagem, a pesca, a olaria e, mais raramente, a metalurgia. A presença de material anfórico, Dressel 1B, e a ausência de qualquer outro material romano significativo permitem propor que o abandono do povoado terá ocorrido nos inícios do século I depois de Cristo.

Durante a Id. Média, o Castro de Ovil foi alvo de contenda entre a Coroa e os interesses senhoriais locais. Após a morte de D. Dinis integrou os novos termos de Paramos e, posteriormente, o património fundiário da Casa dos Pintos, morgados de Paramos. Francisco Pinto Henriques de Meneses, morgado de Paramos, fundou, em 1836, a fábrica de papel Castelo. Para além da fábrica, as limpezas efetuadas na estação arqueológica permitiram identificar as ruínas de duas casas rurais e um moinho de rodízio que deverão remontar ao século XIX. Adquirida pela Câmara Municipal de Espinho em 1986, a área de implantação do Castro de Ovil foi classificada como Imóvel de Valor Concelhio, pelo decreto n.º 29/90, publicado no Diário da República - I Série, n.º 163, de 17 de Julho de 1990. A crescente importância dos bens culturais no mundo contemporâneo conduz a novas exigências nas formas de gestão do património. As propostas de salvaguarda, valorização e musealização da Estação Arqueológica do Castro de Ovil desenvolvem-se em torno do povoado e do seu sistema defensivo (área classificada e propriedade da C. M. Espinho), mas também da relação entre a estação arqueológica e o meio natural envolvente.

Para além de todas as exigências legais em vigor, a autorização para movimentação de terras, alteração de superfícies e subsolo, licenciamento de obras ou arranjos urbanísticos no imóvel e áreas envolventes, identificadas na carta do património como zona de impacto arqueológico, carece de sondagens arqueológicas prévias.

A área de proteção ao Castro de Ovil, identificada na Carta de Ordenamento, condiciona também atuações no coberto vegetal e na topografia, restringe a abertura de novas vias, novas construções e ampliação de edificações existentes. Propriedade da Câmara Municipal de Espinho.

Fontes / Bibliografia

Revisão do Plano Diretor Municipal: Paulo Pinho, 2007.
SALVADOR, Jorge F.; SILVA António Manuel S. P. (2000)
SALVADOR, Jorge F.; SILVA, António Manuel S. P.; SÁRRIA, Carlos A.